

CONSTITUINTE

Enfim o consenso: o texto não presta.

A quem satisfaz o anteprojeto da nova Constituição? O presidente Sarney já avisou que, se o texto for adotado da forma apresentada, o País se tornará ingovernável. Por isso, ele está disposto a influir na mudança do perfil do anteprojeto. O próprio presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, reconhece que o documento está "muito ruim" — e chegou até a sugerir ontem que a melhor solução seria redigir outro. A insatisfação também é generalizada entre os constituintes: muitos deles, em grupos ou isoladamente, já vêm se dedicando à elaboração de um substitutivo.

A falha básica, na opinião de Arinos, foi o anteprojeto não ter partido de uma proposta concreta — como o trabalho da comissão de notáveis que ele mesmo presidiu. Arinos lamenta que Sarney não tenha enviado o trabalho à apreciação do Congresso. Mas justifica: o documento defendia o sistema parlamentarista com o qual o presidente não concorda. Além disso, Arinos critica o anteprojeto por ter estabelecido normas sobre temas da legislação ordinária ou de simples regulamentação.

Agora Sarney quer uma mudança no anteprojeto. E pretende contar, para isso, com a ação das lideranças do governo na Constituinte. "Tudo aquilo que torne o perfil menos nítido da função de governo pode preocupar o presidente", adiantou ontem o porta-voz Frota Neto. "O presidente tem o direito e o dever de influir para mudar esse quadro, como cidadão e como presidente." Segundo Frota Neto, a prova de que o documento está merecendo uma revisão é o grande número de emendas que estão sendo encaminhadas.

Entendimento

De fato, parlamentares do PMDB e do PFL estão dispostos a levantar e analisar os problemas da Constituinte. Eles querem um entendimento interpartidário capaz de assegurar um texto moderno, sem excessos conservadores nem estatizantes. Para buscar o consenso, quatro representantes de cada partido vão participar de uma reunião marcada para esta noite. "Se não houver tentativas de entendimento, o País terá uma Constituição vesga representando o pensamento conservador ou a linha esquerda, estatizante", alertou o deputado Jayme Santana (PFL-MA), um dos políticos mais ligados a Sarney. "Se houver radicalização, nenhuma corrente isoladamente terá força política para impor a nova Constituição", concordou o líder do PMDB, senador Mário Covas.

Os empresários também estão dispostos a se organizar para recuperar o poder de influir na elaboração do texto constitucional. Ontem, os presidentes das federações de indústrias de todos os Estados se reuniram e conversaram longamente sobre o assunto com o relator da Comissão de Sistematização, senador Bernardo Cabral, que detalhou todo o procedimento a ser seguido na apreciação das propostas. Cabral disse que está surpreso com a distância com a qual os empresários vêm acompanhando os trabalhos — e ponderou: "Tem faltado **merchandising** por parte dos empresários na defesa de seus interesses".

Esse comentário de Cabral foi a chave para o início das queixas dos empresários. Do presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, Cabral ouviu argumentos contrários a mudanças bruscas na legislação trabalhista. Albano disse que a jornada de trabalho não deve constar na Constituição, mas numa lei ordinária, e sua redução seria feita através de negociações coletivas. A estabilidade do trabalhador, na opinião dele, poderá ter efeito inverso, estimulando demissões antes de se completar o período previsto.

Do encontro saíram boas propostas e uma expectativa: cada federação, daqui para a frente, procurará mais contato com seus constituintes, para defender seus interesses. É justamente isso o que empresários representantes de 105 entidades do Rio Grande do Sul estão preparando, especialmente para se manifestar pela liberdade empresarial. No próximo dia 7, eles acertaram uma grande concentração para demonstrar que a estabilidade no emprego, a redução da jornada e o direito irrestrito à greve são propostas que resultariam em retrocesso.

"Isso é uma arapuca para apañar os empregados", constatou ontem o presidente da Federação das Associações Comerciais gaúchas, César Valente. "Não se deve ter a ilusão que as empresas não vão demitir após o período de experiência", argumentou. "As demissões serão imediatas porque não há possibilidade de conviver com uma massa de trabalhadores irremovível. Isso seria transformar a empresa numa grande repartição pública".

Entre as emendas que o anteprojeto de Cabral deverá acatar está a que se refere à reforma agrária. A definição do direito de propriedade dada por Cabral "causa um retrocesso a pré-46", na opinião do líder do PCB, deputado Roberto Freire. Por isso, o capítulo receberá uma emenda: "Todo trabalhador rural terá direito assegurado à propriedade na forma individual, cooperativa, comunitária ou mista para o desenvolvimento de suas atividades. Ao Estado caberá promover a desapropriação mediante indenização por títulos da dívida agrária".

Mas há outras queixas contra o texto de Cabral, que se defende argumentando que apenas sistematizou as resoluções das comissões temáticas. Mas o senador Wilson Martins, um dos relatores adjuntos culpa Cabral pelo resultado. Em comentários irônicos, ele admite que o relator ficou mais interessado em aparecer "como personalidade destacada na Constituinte, e pode não ter lido cuidadosamente os textos preliminares".